

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CORTÊS – PE – COMUNPREV.

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto do ano de 2022 com início às 10 horas da manhã na sala de reuniões do Instituto Municipal de Previdência Social de Cortês – CortêsPrev, sito à rua Celso Borba nº 33 – Centro de Cortês Pernambuco, se encontraram mais uma vez os membros do novo Conselho de Previdência do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Cortês – PE, COMUNPREV. Quem iniciou a reunião foi o Diretor Presidente do CortêsPrev, o senhor Márton Ferreira dos Santos, acompanhado dos demais membros da diretoria do Instituto de Previdência Municipal, a Gerente Administrativa e Financeira, Servidora Pública Municipal Josiane Santos e o Gerente de Previdência e Benefícios, o Servidor Público Municipal, Messias Bernardo. Compareceram ainda a reunião, o presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Cortês, o servidor Público Municipal Elcio Teixeira e os seguintes membros do nosso Conselho: Jafé Lopes Ferreira; Gercilene Lopes Neves de Melo, José Valtermin da Silva Gomes; Fernanda Marcelly Melo de Araújo, Geane Silva Calado, Maria Alciene Silveira de Melo. O presidente do CortêsPrev convidou todos a refletirem na palavra bíblica do Evangelho de Mateus, capítulo 24, versículos de 42 a 46, logo após a leitura da Bíblia, fez-se um breve comentário sobre o temabíblico e então o senhor Márton passou a palavra para os membros do Conselho. Com a ausência do presidente do Conselho, pela ordem de hierarquia, a Conselheira Gercilene Lopes assumiu a presidência da reunião, que, convocou o Conselheiro Jafé Lopes Ferreira para secretariar os trabalhos. A presidente em exercício perguntou ao Gerente Messias Bernardo o que ele tinha da sua pasta de benefícios e aposentadorias para repassar para o Conselho, o mesmo disse que, de janeiro até a presente data, foram abertos 22 processos entre aposentadorias e pensões por morte e que, desses, noventa por cento já foram homologados pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco; Em seguida, Messias também explicou para os Conselheiros sobre a importância do CRP (Certificado de Regularidade Previdenciária), que é um documento fornecido pela Secretaria de Políticas de Previdência Social – SPS, que atesta o cumprimento dos critérios e exigências estabelecidos na Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, pelo Regime Próprio de Previdência Social de um Estado, do Distrito Federal ou de um Município, ou seja, atesta que o ente federativo segue normas de boa gestão, de forma a assegurar o pagamento dos benefícios previdenciários aos seus segurados. O município que não estiver com o CRP válido fica impedido de: Receber transferências voluntárias de recursos pela União; Ter a concessão de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da Administração direta e indireta da União; Ter liberado o pagamento dos valores referentes à compensação previdenciária devidos pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS, em razão do disposto na Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999, dentre outros. Disse ainda que, nosso orgulho é, está em dia com todas as exigências das instâncias superiores, estadual e federal. Concluiu informando ao Conselho que desde que estamos aqui a partir de 05 de abril de 2021 que temos sido procurados pelos auditores do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco à cerca de dados em forma de auditorias sobre informações do que aconteceu aqui no Instituto dos anos de 2017 até 2020. Que perante a Lei, temos fornecido tudo o que eles nos solicitam. Que também fomos comunicados pela Procuradoria do Município sobre uma auditoria do Ministério Público do Estado em que as informações solicitadas foram enviadas para o procurador, doutor Otávio Miécio Sampaio e, de lá, juntamente com documentos solicitados à prefeitura foram encaminhados para o MPPE. Não temos

retornos, resultados, informações sobre essas auditorias, que no momento estamos mais uma vez com duas delas em curso e, nossa equipe técnica e de Gestão informando tudo que nos é solicitado. Em seguida, a presidente Gercilene solicitou informações a Josiane França sobre as finanças do Instituto, a servidora mostrou para o Conselho que, distribuimos uma tabela para os aposentados de que nossa data limite para o pagamento das aposentadorias é sempre para o quinto dia útil do mês, mas que desde que assumimos, na maioria das vezes pagamos antes disso, teve datas até que efetuamos o pagamento do mês dentro do próprio mês, ou seja, dia 28, dia 30, dia 31 do mês em curso; Que nos meses de junho, julho e agosto a prefeitura não estava enviando aporte, mas, sim, pagando uma dívida acumulada junto a este Instituto, dívida essa, exigida pelo TCE – PE, que fosse paga com juros e correção monetária, que com uma dívida dessa, não haveria motivo para envio de aporte até que a mesma fosse sanada. Josiane apresentou ainda para o Conselho que, em janeiro nossa Folha de Pagamento Bruta era de R\$ 625.205,81 e o aporte foi de R\$ 364.838,20; que neste mês de agosto a mesma já está no valor de R\$ 785.635,06; Josiane apresentou também para o Conselho, que, conforme todos os entendimentos da Gestão Municipal atual com as instituições superiores estamos efetuando o pagamento da Folha do mês de dezembro de 2020 e, também, o décimo terceiro salário dos que recebiam acima de três mil reais, essas duas folhas divididas em 24 parcelas mensais; Josiane apresentou para o Conselho também que, atualmente temos um valor de R\$ 427.277,49 da Segregação de Massa aplicados em fundos de investimentos com um rendimento médio mensal e de acordo com o Mercado Financeiro na ordem de R\$ 4.592,35, que, por orientação do TCE – PE e da Secretaria Nacional de Previdência, não deve ser usado sem que antes aja um estudo atuarial completo. Josiane informou, por fim, que, todos os meses para fins de pagamento de folha, temos recebido nos últimos meses o valor de R\$ 10.000,00 é média, vindos da Compensação Previdenciária do INSS (RGPS), que ajuda um pouco no abatimento do Aporte Financeiro da prefeitura para completar nossa folha de pagamento. O conselheiro Jafé Lopes perguntou o que se fala da parte da Gestão sobre o repasse do retroativo de 25% (vinte e cinco por cento) do piso dos professores municipais para os aposentados do CortêsPrev referentes aos meses de janeiro, fevereiro, março e abril de 2022. Nós informamos que a prefeita não se pronunciou sobre o assunto diretamente, mas, disse que, está fazendo estudos internos com a contabilidade da prefeitura e o jurídico para sanar essa dívida, que vai pagar, mas, não tem um prazo específico ainda. Todos os conselheiros presentes sugeriram que fosse enviado um Ofício em nome do Conselho solicitando essa resposta da parte da Gestão Municipal com mais esclarecimentos e embasamentos concretos. Não tendo mais pontos da pauta para discutir, a presidente interina encerrou os trabalhos agradecendo a Deus e aos membros que compareceram. Eu, Jafé Lopes Ferreira, que secretariei esta reunião, lavro a presente Ata, assinada por mim e por todos os conselheiros presentes, mais o anexo da Ata de Presença assinada por todos que participaram da reunião.

Gercilene Lopes Neves de Melo
Gercilene Lopes Neves de Melo

Jafé Lopes Ferreira
Jafé Lopes Ferreira

JOSÉ VALTER MIM DA SILVA GOMES
José Valtermim da Silva Gomes

Fernanda Marcelly Melo de Araújo
Fernanda Marcelly Melo de Araújo

Geane Silva Calado
Geane Silva Calado

Maria Alcione S. de Melo
Maria Alcione Silveira de Melo

Márton Ferreira dos Santos
Márton Ferreira dos Santos